



UNIVERSIDADE “PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS” – UNIPAC
CAMPUS I
CURSO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE – BACHARELADO

RANER DAS NEVES DUARTE

VISÃO AMBIENTAL NO PERÍODO DO MILAGRE ECONÔMICO

BARBACENA

2011

RANER DAS NEVES DUARTE

VISÃO AMBIENTAL NO PERÍODO DO MILAGRE ECONÔMICO

Monografia apresentada à disciplina
“Monografia II” do Curso de Geografia e
Meio Ambiente – Bacharelado, da
Universidade “Presidente Antônio Carlos” –
UNIPAC, Campus I, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Orientadora: Professora Vilmaria Rodrigues
Teixeira

Barbacena

2011

RANER DAS NEVES DUARTE

VISÃO AMBIENTAL NO PERÍODO DO MILAGRE ECONÔMICO

**Monografia apresentada à Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC,
Campus I, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Geografia,
modalidade Bacharelado.**

BANCA EXAMINADORA

Professor convidado: Bernardino Neves Junior

Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC

Professora orientadora Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira

Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC

Professor convidado Renato Kneipp Duarte

Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC

Aprovado em ____/____/____

Dedico este trabalho aos meus pais, Deus, e aos meus irmãos.

Dedico também para minha esposa que sempre me apóia em todas as minhas decisões.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus que é a essência de tudo e a minha família que esteve sempre ao meu lado.

“O homem é o exercício que faz...”

Raul Seixá

RESUMO

Neste trabalho foram abordados os aspectos sociais e ambientais no Brasil desde o período colonial até os dias de hoje, no primeiro momento foram citados alguns feitos em benefício ao meio ambiente, iniciando no ano de 1605 com a criação da lei que instituía, que só poderia ser extraído o Pau Brasil com autorização previa do rei. No segundo momento são analisadas as políticas utilizadas para desenvolver o país, já que foi a era do desenvolvimentismo e dando um enfoque maior para o período conhecido como o Milagre Econômico, e os transtornos sócios – ambientais impulsionados por esse crescimento acelerado do país.

Serão relatados também ao decorrer desse trabalho, sobre a modernização da agricultura, a degradação ambiental proporcionada pela mesma tais como: compactação, erosão, e contaminação do solo, pelo uso de tratores, fungicidas, herbicidas, fertilizantes, etc., o que até naquele momento não era usado no país. Discorreremos sobre a construção rodovia transamazônica e seus impactos sociais e ambientais e sobre as comunidades constituídas às suas margens a partir de sua construção.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Meio Ambiente. Preservação. Sustentabilidade. Descaso.

Desorganização social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1-BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	10
2-A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL	13
3-MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS PROBLEMAS SÓCIO AMBIENTAIS.....	15
4-MILAGRE ECONÔMICO O PERÍODO DAS GRANDES OBRAS	18
5-A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA	20
6-RURÓPOLIS NA HISTÓRIA OFICIAL	22
6.1- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	23
6.2- Estrutura Hierarquizada do núcleo urbano: Agrovilas, Agropólis e Rurópolis	26
6.3- Abandono do projeto de colonização	28

CONCLUSÃO	32
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	33
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas, na intenção de se obter informações sobre o que foi feito no Brasil em relação ao meio ambiente, desde sua ocupação até nos dias atuais. Falaremos do período conhecido como Milagre Econômico e dos impactos ambientais causados por esse crescimento acelerado da economia.

Num primeiro momento iremos realizar um estudo sobre a história da relação da população brasileira com o meio ambiente desde o Brasil colônia até a atualidade. Logo em sequência discorreremos sobre a modernização da agricultura e suas consequências, bem como a atual dinâmica produtiva do país. O processo de modernização pode ser sintetizado em duas consequências: Os impactos ambientais, com os problemas mais frequentes, provocados pelo padrão de produção de monocultura que foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos; e os impactos socioeconômicos, causados pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado que provocaram resultados sociais e econômicos.

Faremos também uma breve exposição de algumas obras implementada no período do milagre econômico. Será feito um estudo mais aprofundado sobre a construção da rodovia Transamazônica e analisando os impactos causados desde sua construção até nossos dias. Em função disso será abordado a respeito da construção de Rurópolis uma cidade erguida a partir da construção da rodovia Transamazônica.

1 - BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A preocupação com o meio ambiente no Brasil começa ainda no período colonial, como afirma alguns autores. Devido à exploração desordenada do Pau Brasil foi instituído a partir de 1605 a necessidade de se ter uma autorização prévia do rei para extração da madeira, sendo esse o primeiro ato de proteção ambiental que se têm conhecimento no país. Em 1799 foi instituído o regime que definia alguns critérios para o corte de árvores nativas, estabelecendo regras para sua utilização. E, em 1802 o então senhor José Bonifácio de Andrade e Silva sugere que fosse feito o reflorestamento da costa Brasileira, pois a devastação já era enorme naquele tempo. . (MEDINA 2008).

Será exposto em ordem cronológica os feitos ambientais a partir de 1808 até os dias atuais no Brasil. D. João VI em 1808 criou o Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Em 1850 foi instituída a Lei nº 601 de Dom Pedro II, proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café. 1876 André Rebouças sugere a criação dos parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas. E em 1891 o Decreto nº 8.843 cria reserva florestal no Acre, que não foi implantada ainda. 1896 Foi criado o primeiro parque estadual em São Paulo. Parque da Cidade. (MEDINA, 2008).

No ano de 1920 O Pau Brasil é considerado extinto. 1932 Realizam-se no Museu Nacional, a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. 1934 o Decreto nº 23.793 transforma em Lei o Anteprojeto do Código Florestal. E em 1937 Cria-se o Parque Nacional de Itatiaia. 1939 Cria-se o Parque Nacional do Iguaçu. (MEDINA, 2008).

Jânio Quadros declara, em 1961, o Pau Brasil como árvore símbolo nacional, e o Ipê como a flor símbolo nacional. 1971 Cria-se no Rio Grande do Sul a associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). 1972 A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está “aberto a poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos”. O Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma. 1972 A Universidade Federal de Pernambuco inicia uma campanha de reintrodução do

Pau Brasil considerado extinto em 1920. Já em 1973 Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a desenvolver a Educação Ambiental. 1976 a SEMA, a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília realizam o primeiro curso de Extensão para professores do Primeiro Grau em Ecologia.(MEDINA, 2008)

Houve a implantação do Projeto de Educação Ambiental em Cinelândia em 1977; nesta mesma a SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro. Havendo também, seminários, encontros e debates preparatórios para a Conferência de Tbilisi, realizados pela FEEMA-RJ. Neste mesmo período a disciplina de Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia. (MEDINA, 2008)

Em 1978 houve a Criação de cursos voltados para as questões ambientais em várias universidades brasileiras. 1979 O MEC e a CETESB/SP, publicaram o documento “Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus. 1981 Lei Nr. 69.381-81, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e institui o Estatuto de Impacto Ambiental (EIA). 1984 O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, que não é tratada. 1986 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) junto com a Universidade Nacional de Brasília organiza o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental (1986 a 1988). 1987 o MEC aprova o Parecer 226/87 do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Grau.(MEDINA, 2008)

Na Constituição Brasileira de 1988, no Art. 225, Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca-se a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para cumprimento dos preceitos constitucionais: leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais, determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental. Ainda em 1988 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de SP e a CETESB , publicam a edição piloto do livro “Educação Ambiental” guia para professores de 1º e 2º Grau. 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), pela fusão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência do

Desenvolvimento da Borracha (SUDEHVEA) e Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal (IBDF). Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental. 1989 Cria-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente(FNMA) no Ministério do Meio Ambiente (MMA). (MEDINA, 2008)

Na década 1990 ocorreu o I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental. 1991 o MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria 678 - 14/05/91). 1991 Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental. MEC/ IBAMA/Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ UNESCO/ Embaixada do Canadá. 1992 Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental (NEA) do IBAMA. 1992 o Ministério da Educação (MEC) promove no (CIAC) do Rio das Pedras em Jacarepaguá - Rio de Janeiro o Workshop sobre Educação Ambiental, cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental (EA), destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para EA. 1993 houve a criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental. (MEDINA, 2008)

No ano de 1994 houve a aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, (PRONEA), com a participação do MMA/IBAMA/MEC/Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Ministério da Cultura (MINC). No período de 1996 ocorre a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA; dos Novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do MEC, nos quais inclui a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. Também foram criados cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos do Serviço de Educação em Ciências e Saúde (SEDUC's) e Delegacias Regionais do MEC (DEMEC's) nos Estados, para orientar a implantação dos PCN's. Convênio UNESCO – MEC e a criação da Comissão Interministerial de EA no MMA. 1997 Criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA. Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC – Coordenação de Educação Ambiental, para as escolas Técnicas . IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais. 1999 Aprovação da LEI 9.597/99 que estabelece a Política Nacional de EA. Programa Nacional de Educação Ambiental, data também em que a Coordenação de EA do MEC passa a fazer parte da Secretária de Ensino Fundamental. No ano 2000 foi realizado o Seminário de

Educação Ambiental organizado pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA), MEC em Brasília - DF. (MEDINA 2008)

2 - A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

A partir de 1956 com o governo de Juscelino Kubitscheck inicia-se a era da política desenvolvimentista, pautada na idéia de crescimento econômico a qualquer custo. Em 1964 foi instaurada a ditadura militar no Brasil, a partir de então a idéia de que os países deveriam sair do subdesenvolvimento a qualquer preço tomando proporções incalculáveis. Foram desenvolvidas várias políticas para que esse desejo se tornasse realidade, até que o desenvolvimento esperado chegou ao Brasil, com o grande milagre econômico.(SILVA, 2010).

Neste período de governo, a preservação do meio ambiente não eram suas prioridades. O Brasil estava se desenvolvendo, grandes obras estavam sendo implementadas, pessoas chegavam de todos os lugares com a promessa de facilidade em se conseguir empregos nas cidades, e as cidades iam se inchando. A falta de infra-estrutura nas cidades para receber um grande número de pessoas, que vinham da área rural e de toda parte do país sem nenhuma instrução, provocou um enorme distúrbio na composição da sociedade; pois, no início as empresas não visavam qualidade, mas sim, a produção em massa e a mão-de-obra barata. Essas pessoas eram empregados aos montes, sendo obrigadas a trabalhar longas jornadas com míseros salários. O problema social e ambiental toma proporções incalculáveis. (SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010) o Brasil começou o seu desenvolvimento industrial ainda na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, um presidente protecionista que não dava oportunidade para empresas estrangeiras se apossarem do país. Já na década de 1950, quando Juscelino Kubitscheck assumiu o governo com o plano de metas de fazer o Brasil desenvolver 50 anos em 5, ele abriu as portas do país para a entrada do capital estrangeiro munido de indústrias, tecnologias e investimentos para equipar as indústrias brasileiras. Adotando medidas que privilegiavam esses empréstimos,

facilitando o envio de lucros ao exterior e taxas cambiais favoráveis a essas operações, o governo de Juscelino elevou a dívida externa do país às alturas, dobrando-as e colocando o Brasil em posição desfavorável aos olhos dos estrangeiros.

Nesse momento o Fundo Monetário Mundial (FMI) iniciou a interferência na economia do país fazendo exigências. Nos anos seguintes, após o governo de Juscelino, compreendido entre 1956 e 1961 quando ele renunciou, os governos que entraram no comando, passaram por uma fase crucial, com a crise política e econômica. Jânio Quadros sucessor de Juscelino renunciou também em 1961. No governo de João Goulart entraram a maior parte das empresas multinacionais, norte americanas e européias no Brasil. Em 1964 João Goulart foi deposto pelo golpe militar em que os militares se apoderaram do governo tendo a frente o Marechal Humberto Castelo Branco na presidência. Logo que os militares assumiram o governo, criou o plano de ação econômica do governo (PAEG), objetivando combater a inflação e reestruturação a economia para que o Brasil voltasse a se desenvolver, quando conseguiu a estabilidade da economia, o capital estrangeiro voltou a entrar no país maciçamente, e em 1967 a economia deu sinal de recessão. (ABREU, 2009).

Delfin Neto o então ministro da economia, logo tratou de investir nas empresas estatais, nas áreas de siderurgia, petroquímica e outras. As medidas deram efeito, proporcionando um lucro exorbitante ao país. (ABREU, 2009).

De acordo com ABREU (2009) o processo de industrialização finalmente tinha chegado ao Brasil gerando milhões de empregos, a classe média alcançou grandes lucros, e a disparidade social se tornou mais alarmante, nesse período as desigualdades sociais tomaram grandes proporções e 40 anos após, a sociedade ainda não havia se estabelecido. Quando Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência o fenômeno conhecido como milagre econômico já estava acontecendo, as desigualdades sociais, a dívida externa, o impacto ambiental foram as principais heranças do período.

Nesse contexto o milagre econômico promoveu a desigualdade social que a cada momento se aumentava entre a população, nesse período houve a maior concentração de renda e conseqüentemente a pobreza crescia junto a história do Brasil, para explicar essa concentração de renda Delfin Neto defendia a idéia de que “é preciso primeiro aumentar o bolo (da renda nacional), para depois reparti-lo” com isso ele adotou uma política salarial que os sindicatos apelidaram de “arrocho salarial”. Em que o salário mínimo

que já havia sofrido redução de 25%, entre 1964 e 1966 foi reduzido ainda em 15% entre 1967 e 1973 tornando - se literalmente um salário de subsistência, em que a população mais trabalhava sem ter tempo de se educar intelectualmente e ambientalmente. Foi nesse contexto, no entanto que o abismo social e ambiental se estendeu a proporções alarmantes. . (PACIEVITCH, 2011).

A principal teoria que norteou esse período foi a do desenvolvimentismo a qualquer custo, onde não se dava a importância às questões ambientais e conseqüentemente às humanas, pois para dar importância as questões humanas deve se ter uma visão ampla e futurista, os governos visaram o crescimento imediatista sem analisar os danos causados a longo prazo, e o que suas ações resultariam em termos econômicos, sociais e ambientais. O modelo capitalista de desenvolvimento prevê altos lucros, e o mais importante que o período do milagre econômico fez, foi elevar os que já se encontrava nas classes mais altas e suprimir a classes que já estava se encontrava inferiorizada. (SILVA, 2010)

3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS PROBLEMAS SÓCIO AMBIENTAIS

Soto (2002), citando os trabalhos de Kageyama e Graziano da Silva, identifica que as transformações ocorridas na agricultura, não se deram apenas na base tecnológica, mas também, nas próprias relações sociais capitalistas. Para esses autores, o processo de transformações na agricultura brasileira resume-se na passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais, na manifestação de um mercado interno e na industrialização da agricultura.

De acordo com Delgado (1985) e Graziano da Silva (1978), a base técnica da agricultura e a emergência do complexo agroindustrial, apesar de contribuírem para a modernização da agricultura, aconteceram em dois momentos históricos diferentes do processo de transição da agricultura. O primeiro fenômeno aconteceu com aquisição de máquinas, equipamentos (importados) e insumos (industrializados) e o outro aconteceu a partir da industrialização da produção agrícola (processo que antes era realizado dentro da porteira, agora sendo apropriado pela indústria). Para os autores, o papel do Estado foi de suma importância para estimular (incentivos fiscais, fixação de preços, estocagem e comercialização) o consumo de produtos industriais na agricultura.

Para fortalecer a agroindústria, no final da década de 60, o Estado passou a direcionar os rumos do setor rural, desenvolvendo projetos modernizadores com o objetivo de atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico do país. Dentro desta política, destacam-se como instrumentos de incentivo para a viabilização do chamado complexo agroindustrial, em primeiro lugar, o crédito rural e, posteriormente, a criação dos institutos de pesquisa e assistência técnica e insumos modernos.

A exploração ambiental está diretamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta e levado a processos degenerativos profundos da natureza (RAMPASSO, 1997).

Dentre os processos degenerativos profundos da natureza Ehlers (1999) destaca a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos. Pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações. É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência.

O processo de modernização da agricultura no Brasil tem origem na década de 1950 com as importações de meios de produção mais avançados. No entanto, é só na década de 1960 que esse processo vai se efetivar, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura. (MOREIRA, 1990).

Assim, pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma

agricultura mecanizada. A década de 1960 marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, substituindo o chamado modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial. O novo modelo apoiava-se na oligarquia rural preocupada com as tensões no campo geradas pelos movimentos sociais e nos setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu raio de atuação (MARTINE, 1990).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504), que estabeleceu como referência de rearranjo espacial, a gradual extinção do latifúndio e minifúndio, surgindo a denominação de empresa rural. Apesar das modificações promovidas na economia brasileira, o crescimento não se deu de maneira uniforme e com a rapidez esperada. (MOREIRA, 1990).

Segundo Gonçalves Neto (1997), a lentidão se acentuou entre os anos de 1965 e 1967, devido à reorganização sob o regime militar que se instalara no país. Analisando os índices indicadores de modernização, verifica-se uma transformação significativa no âmbito da agricultura nacional. Esse acréscimo no número de tratores é, sem dúvida, um indicativo de mudança nos moldes produtivos do país. A produção interna de tratores no Brasil só se iniciou no ano de 1959, com a instalação da Ford. Antes desse ano, os tratores usados eram todos importados. O uso de fertilizantes artificiais e agrotóxicos também se acentuou a partir da década de 1960, com índices bastante elevados.

Segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu a taxa média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%. É evidente que não podemos nos basear apenas no crescimento do uso de equipamentos e insumos modernos para considerarmos que o processo de modernização atingiu a produção agrícola brasileira de uma forma positiva. Outros fatores estão articulados nesse processo e devem ser analisados. Com o avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visam alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permite ampliar as áreas cultivadas ou a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, visto almejarem uma venda cada vez maior. Porém, o que vai realmente dar um grande impulso na transformação da base

técnica da produção agrícola é o incentivo governamental através do chamado crédito rural, viabilizado principalmente a partir de meados da década de 1960.

A partir de todos esses acontecimentos os impactos sócios econômicos para os agricultores, famílias que praticavam uma agricultura de subsistência, foram desastroso, com a invasão das maquinas, os agricultores de pequeno porte, se viram na obrigação de deixar a condição de donos para serem empregados rurais explorados, ou irem para as cidades em busca de melhores condições de vida com a promessa de emprego fácil, mas ao chegarem nas cidades se deparavam com situações sub-humanas de sobrevivência . (GONÇALVES NETO, 1997).

Com a abundância desse êxodo rural, as cidades sem nenhuma infra estrutura para comportar tanta gente, se via a ponto de explodir. No início da década de 1950 até 1960 a população vivendo no campo era de 70% e 30% em cidades, de 1960 a 1970 esse cenário populacional brasileiro mudou totalmente, se invertendo, a população majoritária passou a residir nas cidades e a minoritária nos campos. (FARIA, 2007)

Com toda essa modernização a concentração de renda no campo passou a ficar nas mãos de grandes latifundiários, e a pobreza, marginalidade, doenças e poluição aumentaram nas cidades, pois não havia o saneamento básico, os curso de água passou a ser o meio mais rápido e sem custos aparente para transportar os esgotos domésticos, a degradação nas cidades não ficavam só por conta dos dejetos humanos, mas também houve inúmeras derrubadas de matas para expansão das mesmas sem respeitar as áreas de recargas dos corpos hídricos. (FARIA, 2007).

4 - MILAGRE ECONÔMICO O PERÍODO DAS GRANDES OBRAS

Nesse período foram implementadas grandes obras, aproveitando o grande crescimento econômico do país, obras tais como: A ponte Rio-Niteroi integrando o Rio de Janeiro à Baía da Guanabara transformando em um só Estado, o Edifício – sede da Petrobrás com sua construção iniciada em 1969, e concluída em 1971, a rodovia BR-324, trecho que liga Salvador - feira de Santana, o alto forno número 4 da Usiminas, em Minas Gerais , a estação de tratamento de água de Tapacurá, em Pernambuco, o

emissário submarino de Salvador, com 3.350m, sendo que 2.350m dos quais são submersos, e o Othon Palace Hotel, cinco estrelas na capital baiana, com 301 apartamentos, todos com vista para o mar”. (SILVA, 2011).

Além das obras já citadas também foram construídos o campus da Universidade da Guanabara (atual UERJ), entre 1970 e 1976, com 20 edifícios de doze pavimentos cada, com rampas, passarelas, um anfiteatro e uma concha acústica ao ar livre com capacidade de comportar 3500 pessoas. Também foi edificado entre 71 e 76 o aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Devido à grande demanda de energia tanto residencial quanto industrial foi construída a primeira usina nuclear brasileira em Angra dos Reis no estado do Rio e, em 1973 foi construída a ponte Colombo Salles, ligando a ilha de Florianópolis ao continente. (GOVERNO DO PARÁ, 2011).

Os grandes empreendimentos não param por aí, tendo continuidade com a reforma do teatro Amazonas construído em 1896 marcando o auge da extração de borracha, ainda em 1973 foi feita a central termoeletrica de Copene (Companhia Petroquímica Nordeste), situada em Camaçari, no Recôncavo Baiano, também a ponte ferroviária marítima com 1546m de extensão, no Canal de Bertioga (SP), O Shopping Center Iguatemi Bahia, na época um dos maiores do país; o shopping Rio Sul no Rio de Janeiro com uma torre de escritório de 40 pavimentos e 160m de altura, também foi levantado o primeiro bairro integrado do Brasil, o Loteamento Caminho das Arvores, a primeira comunidade planejada da Bahia Vila do Atlântico, e o Porto seco Pirajá, Projeto de múltiplas destinações empresariais com 730.000 m², todos na região de Salvador (SILVA, 2011).

Impulsionado por essa economia acelerada do país, em que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu os índices mais altos do país, desde o período que Emilio Garrastazu Médici assume a presidência em 1969. Em meio a tantos recursos financeiros e linha de credito, este militar cogita a idéia de unificar o Brasil de leste a oeste construindo a BR 230 ligando Cabedelo, cidade no litoral da Paraíba, próximo a João pessoa à cidade de Lábrea no estado do Amazonas. Todo este empreendimento foi decidido no “calor do momento” e da emoção sem que fizesse um estudo prévio da realidade desse empreendimento e da capacidade de levá-lo a cabo com toda sua infraestrutura e comodidade para a população, que poderia se instalar na região durante e após a construção da estrada conhecida como “Transamazônica”. (SILVA, 2011).

5 - A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

Segundo o site do Governo do Pará (GOVERNO DO PARÁ, 2011) a transamazônica foi uma obra iniciada nos anos de 1970 com o prazo de termino de dois anos e, que 40 anos depois de sua abertura ainda não foi concluída e a cada ano o que tem feito é deteriorar e, dificultar ainda mais a vida das pessoas que foram para suas margens com a promessa de progresso e, que nunca chegaram a esse povo que leva uma vida de sub vivência até os dias de hoje.

Assim, o ato de “rasgar” literalmente a mata ao meio levou inúmeros danos ao meio ambiente tanto local quanto externo do território já que a rodovia corta o país de leste a oeste.

De acordo com a fonte anterior, a BR 230 foi planejada para ter 4070 KM de extensão para unir dois extremos do Brasil com o marco inicial na cidade de Cabedelo na região metropolitana de João pessoa na Paraíba, passando por sete estados até chegar em Lábrea no Amazonas finalizando nas margens do Rio Purus. A estrada corta a Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, o Pará onde fica a maior parte de seu percurso e o Amazonas até a cidade de Lábrea onde se finaliza. Na época da construção a idéia era prosseguir por mais 500 KM até chegar a Benjamim Constant muito próximo da fronteira com o Perú e a Colômbia , mas o sonho de ligar o Brasil de leste a oeste foi abandonado no coração da Amazônia . (GOVERNO DO PARÁ, 2011).

Os governantes da época acreditavam que a construção da Transamazônica seria um grito de independência para aquela região assolada pela falta de transporte e comunicações. O mapa mudou o traçado mais de uma vez, em 1970 quando a construção começou a ser feita. Imaginava-se que a rodovia iria terminar em Cruzeiro do Sul no Estado do Acre e que de lá seria ligada ao Peru , atravessaria a Cordilheira dos Andes até chegar na capital do Peru , a cidade de Lima. Toda essa proeza em menos de dois anos, mas eles não contavam com as armadilhas que a selva os proporcionaria. (OLIVEIRA, DONATO, ALVARENGA, LIMA, 2011)

A transamazônica foi construída com a intenção de levar o progresso ao interior da Amazônia e acabar com o problema da seca no nordeste e a questão agrária do sul do Brasil, uma obra orçada em mais de 4 bilhões de dólares , utilizando todo esse dinheiro só conseguiram abrir 2700KM de estrada.

De acordo com Oliveira et al (2011), em agosto de 1970 o Presidente Emilio Garrastazu Médici derrubou uma castanheira para comemorar a abertura da rodovia transamazônica, a estrada que corta a floresta, esse era um grande empreendimento impulsionado pelo milagre econômico na época da ditadura militar, o governo buscava com esse empreendimento sustentação política.

O plano de integração nacional do instituto acional de colonização e reforma agrária distribuía lotes de 100 hectares nas margens da estrada para os colonos interessados a desbravar a região. A idéia era atrair em media dois milhões de imigrantes do sul e do nordeste, todos que aderiram e aceitaram a oportunidade de morar ao longo da transamazônica atraída pelas promessas de progresso. Pouco tempo depois perceberam que as terras sem homens prometidas para homens sem terras, eram habitadas por comunidades indígenas que no inicio lutaram contra a invasão, mas acabaram cedendo. A estrada chegou a atingir 2700 KM ligando o Maranhão ao Amazonas, o governo para conseguir credibilidade perante a nação. Para isso usou a mídia para pregar que a Transamazônica seria solução de quase todos os problemas no país desde a seca no nordeste à questão agrária do sul e difundiu a idéia que a ocupação da Amazônia impediria a internacionalização da mata amazônica. (OLIVEIRA, DONATO, ALVARENGA, LIMA, 2011).

De acordo com o Oliveira et al (2011), ainda hoje existe o tronco da castanheira que foi derrubada para comemorar o inicio da construção da estrada transamazônica que serviu como marco do tão sonhado progresso, mas ao longo do tempo ela perdeu o titulo de marco do progresso, e com a queda do regime militar e, com o aparecimento de ambientalista os mesmo apelidaram o tronco ainda existente no local denominado “O pau do Presidente” foi transformado numa espécie de monumento de devastação e 21 anos depois de sua construção a transamazônica se torna o local mais adequado no Brasil para corrida de MotoCross rali, o primeiro rali sediado na transamazônica tiveram 56 competidores de todo os estado do país e percorreram 303 KM entre Uruara e Altamira no Pará.

Segundo Herculano (2011), a necessidade de transporte, que era uma das prioridades para a construção da Transamazônica não foi resolvido pois só há uma linha de ônibus que opera na Rodovia. Cada ônibus chega a transportar mais de 60 passageiros, o dobro dessa capacidade e, uma viagem de 500KM que no asfalto não levaria mais que 7 horas, na Transamazônica pode durar 2 dias. A cada ano que passa essa rodovia sofre com o descaso publico e em época de chuvas a economia da região

pára. Os caminhoneiros que se aventuram na BR 230 ficam presos na estrada atolados na lama, sendo obrigados a esperar varias semanas até que as pequenas prefeituras locais se organizam em mutirões, para socorrer esse caminhoneiro preso na estrada. É necessária a utilização de maquinas pesadas para rebocar os caminhões, aproximadamente 400 automóveis circulam diariamente na transamazônica enfrentando ainda as pontes de madeira. Só no Pará a estrada tem 170 pontes, muitas estão completamente destruídas. (HERCULANO, 2011).

6 - RURÓPOLIS NA HISTORIA OFICIAL

Rurópolis era uma pequena agrópolis que tinha como proposta atender às varias necessidades surgidas nas vilas e agrovilas que sugiram como Plano Nacional de Integração (PIN) do Presidente Médici. O município de Rurópolis foi criado pela Lei nº 5446, de 10 de maio de 1989, e instalado em 01 de janeiro de 1979, no governo de Hélio Mota Gueiros, e desmembrado de Aveiros. Está formado pelo distrito 7: Rurópolis, suas origens esta vinculada as Programa de Integração Nacional (PIN) criado em 1970 pelo governo federal, na gestão de Emilio Garrastazu Médici e implantado a partir de 1971, para desenvolver um grande programa de colonização na Amazônia, com trabalhadores sem terra de vários pontos do Brasil principalmente do Nordeste, era o objetivo do PIN.

O eixo ordenador de todo programa era a rodovia transamazônica, sendo os trechos Marabá-Altamira, Altamira-Itaituba, no Pará objetivo de planejamento especial. Nesse trecho deviria ser construídas agrovilas (conjuntos de 48 ou 64 lotes urbanos de 100 há). As moradias eram destinadas aos colonos assentados no local que receberam lotes rurais para suas atividades econômicas.

Conforme dados oficiais da história do município, cada agrovila deveria ter uma escola de 1º grau, uma igreja ecumênica, um posto médico e um armazém para produtos agrícolas. Além de serviços bancários, correio, escola de 2º grau, telefone, fazia parte também do programa a construção da agrópolis (reunião de agrovilas, polos em torno de um núcleo de serviços urbanos) cujo objetivo era atender a demanda de todas as agrovilas do trecho da Transamazônica.

Entretanto, somente uma agropolis foi implantada: o Brasil Novo, no km 46 do trecho Altamira-Itaituba, sendo Implantado varias agrovilas. Embora a construção de Rurópolis (um conjunto de agrópolis) prevista pelo programa, as proximidades do cruzamento da transamazônica com a rodovia Santarém-Cuiabá, foi construída apenas uma .Rurópolis está localizado no Sudeste Paraense com acesso rodoviário pela BR-163 e BR-230, com distancia de 790 km da Capital, pertencente à câmara de Itaituba. Atualmente, Rurópolis possui uma população de 40.087 habitantes numa área de 7.021 KM2, sendo 12.159 do sexo masculino e 11.1363 do sexo feminino, com cerca de 6990 de área e densidade populacional de 3,45 habitantes por km2 (IBGE, 2010).

Segundo dados do IBGE o município de Rurópolis está situado à mesorregião sudoeste paraense e à micro região de Itaituba. "A sede apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 04° 05' 45" e 54° 54' 33" w Gr. Tendo em seus limites ao Norte os municípios de Aveiro e Santarém, a Leste o município de placas, ao sul tem-se o município de Altamira e a oeste o município de Itaituba e Aveiro.

6.1 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O INCRA é uma autarquia do governo federal criado pelo decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastramento nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da união. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do país e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável. Tudo como contribuir desenvolver Políticas Agrárias aos homens do campo, distribuição e redistribuição de terras, titulação de imóveis rurais, demarcação de terras, geo-referenciamento da terra, equacionar litígios agrários, elegerem áreas para a criação de projetos de assentamento, pagamento de crédito para o fomento e habitação de pequenos agricultores e regularização fundiária. (MESQUITA 2007, p.13.).

MESQUITA (2007) em um primeiro trabalho acadêmico de pesquisa em História trata da implantação da Transamazônica e seu asfaltamento, mostrando um depoimento de moradores da área transamazônica, em sua defesa de TCC pela Faculdade de Itaituba:

“Tem uma senhora aqui [que estava dentro da casa], o filho estava doente. Foi para a chuva, ficou no relento, nos panos, nas encerradas, [debaixo da lona]. Outros partiram com a distância de 20 km para a mata, com encerradas para alguns. E outros ficaram em barracões do BEC no180” (CJP. Depoimento de José Moreira de Abreu). Atrás do fogo vinham os tratores que empurravam os escombros para uma vala aberta para esse fim. Três dias depois, esteve tudo consumado. O terreno estava limpo. Essa operação de guerra foi executada sob a responsabilidade do Dr. Aníbal, por certo Dr. Haufer, o Cartão, truculento "Prefeito" da vila, e dois guarda rurais. O Dr. Aníbal teria dito que deveriam sair por que o “Presidente ia chegar e não queria aquelas casas velhas lá, malfeitas”.(LEROY,1991.P.73?74).

Na obra de Leroy (1991) também aparecem as falas das depoentes encontradas as casas da vila da Palha as quais teriam de ser destruídas de qualquer forma. Os técnicos do INCRA chegavam, riscavam os fósforos e tocavam fogo em todas as moradias encontradas na vila. As pessoas tentaram resistir à pressão dos técnicos, mas foram forçados a sair ou perderiam suas próprias vidas. Havia muitas pessoas desesperadas com tal situação, pois para todos os moradores da vila que estavam morando lá na época esse fator foi um massacre.

Leroy continua dizendo que depois de os escombros terem ido para uma vala e ter sido coberto pelo barro/terra o terreno estando limpo foi aproveitado pelos funcionários do INCRA para ser semeado sementes de arroz no local onde haviam existido dias antes a "Vila da Palha" e devido à fertilidade da terra, as muitas chuvas, características da região, na inauguração o arroz semeado já tinha uns quatro a cinco cm. de altura.Em 12 de Abril aparecia um grande campo verde no local da antes expoente VILA DA PALHA. Nota-se diante de tudo o que foi visto em relação ao assunto, inauguração de Rurópolis, que os autores do projeto jamais queriam que num dia de exuberante solenidade, a inauguração de planejada Rurópolis, houvesse a existência de uma favela, pois a Rurópolis Presidente Médici foi fruto de Planejamento e era imperdoável que os seus engenheiros permitissem a existência visível de problemas aos quais vinham fugindo. As favelas pertinentes as grandes metrópoles. Rurópolis Presidente Médici Foi Milimètricamente Planejada, "num plano mais ambicioso, surgiu a idéia de rurópolis num projeto apresentado por um arquiteto carioca que previa a construção de diversas cidades nem etapas sucessivas, dentro de um planejamento urbano nacional". (Araújo, op.cit.p.76).

Assim a única rurópolis que deveria ser preservada, nem que para isso fosse necessário sacrificar dezenas de seres humanos, deixando-os ao relento, sem moradias. Com a lâmina de um trator de esteira e com fogo, eram assim resolvidos os primeiros problemas da colonização que tem como eixo a transamazônica e Santarém-Cuiabá... "Leroy1991".

Podemos observar que o governo tinha pressa em povoar a "nova" área. O governo estimulou propagandas e estas eram feitas de uma forma tão maravilhosa que pregava o paraíso do deserto onde se colheria leite e mel ou seria leite e fel e eram tantas as propagandas que atraíram centenas de migrantes que foram jogados na mata às margens da Transamazônica. Os lotes aonde os colonos chegavam para desbravar as matas para que pudessem construir suas moradias e plantar o sustento de suas famílias.

Na inauguração de Rurópolis foi oferecido um banquete a base de churrasco a toda a população. A inauguração da cidade Presidente Médici pelo próprio general é atribuída aos gaúchos, que formavam uma classe relevante o papel de "churrasqueiros oficiais", conta, Leroy.

No dia da inauguração os técnicos do INCRA mandaram matar vários bois para fazer o churrasco. No local onde estava sendo feito o churrasco foi cercado de arame farpado para que não fosse invadido pela população, mas foi em vão, o povo invadiu, muitas pessoas se machucaram, era cerca caindo, gente levando bacias de carne para suas casas, uma bagunça total. (José Luis dos Reis-07/07/2011).

Nesse episódio contado pelo Sr. José Luis chega-se as seguintes conclusões: A de que esse povo era mal educado ou outra conclusão, a mais sensata, a de que se concluirá com uma indagação. Será que este povo não teve razão suficiente para invadir os locais onde estavam as churrasqueiras cheias de espetos com carne que aparentemente, se apresentava aos olhos de quem os via, saborosas. Imagina só, - ser convidado para uma festa e ficar do lado de fora assistindo alguns privilegiados saírem com churrascos inteiros enquanto eles que há muito tempo não provara o sabor da carne bovina ficavam somente olhando em uma festa que deveria ser para todos.

Veja o que fala um depoente anônimo de 96 anos morador do distrito Divinópolis KM70 que trabalhou como churrasqueiro oficial na inauguração de Rurópolis:

"Na hora a gente não tinha consciência, a gente ficou triste, mais fomos pensar sobre isso. E fomos analisar que estava muito correto. Se nós tivéssemos no lugar dessa massa, era isso que tinha que ser feito, eu era um que teria puxado a massa pra fazer

isso. Mas como eu estava sendo usado lá dentro, então criaram aquele preconceito no pessoal: o nordestino contra o gaúcho... Então foi aí o primeiro sinal de consciência da gente. [...] (LEROY, 1991.p.75).

A situação exposta pelo depoente na obra de Leroy se observa que houve um desabafo, neste é apercebido claramente que a cúpula do INCRA para fazer o churrasco da inauguração. Ele diz também que a atitude tomada por parte dos técnicos do INCRA foi uma forma de jogar os nordestinos contra os gaúchos, criando entre ambos um clima de disputa.

6.2 - Estrutura hierarquizada do núcleo urbano: Agrovilas, Agropólis e Rurópolis.

O INCRA implantou no Estado uma estrutura hierarquizada de centros urbanos administrativos e residenciais e buscava concretizar o conceito de urbanismo rural. Constituíram-se três níveis hierárquicos: as agrovilas, as agrópolis e as rurópolis. Fez-se necessária a montagem dessa estrutura porque, antes da colonização, a área era praticamente desprovida, menos as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba e, dessa forma, poderiam atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural. Os agricultores não eram para morar em seus lotes rurais destinados a agricultura, eles deviam morar nas agrovilas-unidades básicas do sistema urbano, formadas por um conjunto de 48 a 60 lotes, com igual número de casa. As agrovilas tinham por finalidade a integração social dos parceiros e ficava localizada num rio de 5 km, constituindo bairros rurais compostos por uma unidade médica, uma escola de 1º grau, um estabelecimento comercial, uma igreja, um centro comunitário, um campo de futebol e, em alguns casos, um armazém para abrigar os produtos advindos da agricultura.

As rurópolis seriam pequenos centros urbanos com função agroindustrial, cultural e administrativa, com uma população de aproximadamente de 1.500 a 4.000 habitantes. Disponibilizando de comércio diversificado como cooperativas pequenas indústrias, oficinas mecânicas, restaurantes, hospital-enfermaria, bancos, correios, telefones, escolas de 1º e 2º graus, etc., cada agrópolis exerceria influência sobre o conjunto de 8 a 12 agrovila num espaço de abrangência de 10 a 20 km. Essas rurópolis funcionariam como um pequeno pólo de desenvolvimento. Abrigariam até 20.000

habitantes, destinados a dar suportes econômicos e sócios culturais as agrópolis e agrovilas, com prestação de serviços específicos como cinemas, aeroportos, hospitais, hotéis, bibliotecas, comércios, além de dar apoio às indústrias de utilização dos recursos naturais existentes no local/região. Diante do projeto de criação dos núcleos urbanos (agrovilas, agrópolis e rurópolis), pensando que estes seriam uma solução para que o plano de colonização viesse a dar certo, contudo podemos concordar que não deu certo, pois o objetivo dos colonos morarem nas agrovilas tinha como finalidade na incorporação dos colonos, e isso não aconteceram. A maioria dos colonos que chegaram à Transamazônica teve que construir suas próprias casas nos lote de 100h e ali como conta em entrevista José Luiz dos Reis (meu pai).

Quando chegamos aqui fomos jogados a nossa própria sorte. Eu tive sorte. Só éramos eu e minha mulher, tua mãe e outros que chegaram com a família inteira. Era um sufoco. Bem quando eu cheguei aqui foi preciso fazer um barraco de palha de coqueiro pra gente poder dormir e se proteger das chuvas e dos bichos. A gente fez esteiras e forramos o chão e aí todo mundo que estava ali dormia no chão em cima das esteiras. Foi um período muito difícil, era um período de muita chuva e às vezes molhava dentro do barraco. Os filhos do meu compadre choravam devidos também o frio que fazia e além do frio a gente sentia muito medo. Tinha muita onça pintada e elas uivavam, vinha no terreiro, no segundo dia eu matei uma atrás do barraco que a gente tinha feito. Dei as crianças e as mulheres choravam querendo voltar com medo.

Na fala do entrevistado é notado que foram muitas as dificuldades. Os colonos chegaram aos seus prometidos lotes e não encontraram casas, e a solução foi construir barracos de palha para abrigarem as famílias como contou o senhor José Luiz dos Reis, arriscando a vida de todos que estavam ali, servindo de alimento para as onças o serem picados por cobras venenosas e outros animais e ainda contrair doenças como a malária e hepatite que eram muito comuns na época.

" As experiências de colonização no Brasil tem provocado exaustivamente que só a terra não basta. A ausência de núcleos urbanos apoiando a ocupação do campo provoca o êxodo rural para as cidades. Através destas informações podemos confirmar que o plano de urbanismos rural tem por fim o não cumprimento de sua função idealizada. O compromisso que o governo havia assumido era o de construir a infraestrutura de apoio, conforme a proposta de programa de colonização: assistência médica, escolas, assistência bancária e de correios, etc., e isso não foi cumprido.

Abandonados à própria sorte, muitos colonos, aflitos e sem nenhuma esperança, deixaram suas terras, muitas das quais foram anexados aos grandes latifundiários.

A abertura da Transamazônica provocou grande resistência, principalmente nos grupos militares e empresários, que não concordavam com a transferência dos recursos financeiros destinados para o Nordeste, por meio de incentivos fiscais existentes na época, para a região Norte, pois se imaginava que poderia ocorrer uma grande migração para essa região, promovendo um "esvaziamento" no Nordeste. Para os nacionalistas, estavam abrindo a possibilidade de exploração do subsolo por grupos estrangeiros, mas o Ministro Campos Sales foi quem fez as críticas nas enfáticas sobre a construção da estrada. Dizia ele:[...] um dos problemas com a construção da estrada era ausência de interesse em verificar a sua "viabilidade econômica". Além do mais, o fato é que o plano fora recebido com muito mais entusiasmo no centro Sul do que no Nordeste na própria Amazônia. As pessoas nessa região pareciam as mais favoráveis à integração com o Centro-Sul desenvolvido do que a integração entre as duas regiões miseráveis. (VELHO, 1979).

6.3 - O abandono do projeto de colonização

Quando o Governo Federal a partir de 1970, implantou o projeto de colonização, estes constituíram uma opção política no sentido, não apenas ocupar os vazios demográficos, mas também como uma forma de avaliar as tensões sobre a Terra, em regiões como o Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Por outro lado, a propaganda do governo e o fácil acesso pelas estradas foram responsáveis por atrair imigrantes em busca de lotes para neles se estabelecerem. Só que esses projetos não atraíram somente os sem terra, mas também milhares de pequenos proprietários do Sul e do Sudeste que venderam suas terras e foram aventurar a aquisição de grandes glebas com o dinheiro obtido das vendas.

Segundo Magalhães (1990), a partir de 1974 o INCRA retirava a ajuda governamental, afastando a colonização oficial para segundo plano e passou a incentivar a colonização particular. Foram extintos os Projetos Integrados de colonização (PICs) e as explorações ao longo das rodovias.

A colonização é um aspecto importante para explicação do povoamento e da ocupação da Amazônia. Foi considerada "solução" política mais elaborada; todavia, foi sabiamente uma das mais problemáticas. Os governos militares privilegiaram a colonização dirigida, logrou êxito e que se inspirava em uma visão dualista: de um lado, a colonização espontânea realizada pelos ocupantes: de outro, a colonização dirigida sob o controle do Estado, que se apresenta como mecanismo de controle dos conflitos fundiários. (MARIN,p.332).

O projeto de colonização da Transamazônica foi importante para ocupar o vazio demográfico, mas a maneira como foi criado provocou precipitações na sua implantação. E infelizmente o sucesso esperado da colonização oficial não aconteceu e para isto podem ser apontados vários fatores para esse fracasso: falta de infra-estrutura, comercialização intensiva de terras, especuladores e grileiros, desinteresse dos nordestinos, os fatores naturais e outros que implicaram a desistência deste grande e audacioso projeto. Para a época,é,claro.

Mas, de acordo com LEROY, essas afirmações eram infundadas. "sem essa migração espontânea, o fracasso da colonização seria ainda maior. As desistências foram muito mais acentuadas entre os colonos trazidos pelo INCRA do que entre aqueles que chegaram a Transamazônica por seus próprios meios: além disso, sem estes últimos migrantes, a colonização oficial dirigida já teria sido substituída pela colonização empresarial"

A afirmação do autor é bem precisa. Os colonos que vieram para a região neste período enfatizado, em busca de melhoria de vida não estão mais em seus lotes e muitos não estão nem no município. Já voltaram para os seus locais de origens ou foram para outras cidades da região, devido seus anseios não ser alcançados e devido, também e principalmente as grandes dificuldades encontradas e enfrentadas pelos colonos a partir do momento em que o governo abandona o projeto.

Segundo a revista manchete em 1974 que dizia: [...] cerca de três mil famílias foram trazidas do Sul e do Nordeste depois surgiram as críticas sobre o paternalismo desse procedimento. Agora a "estrada está aberta: quem quiser vir venha" - A nova política também suprimiu a ajuda de custo mensal. Nos últimos meses a colonização tem sido espontânea. (ARAÚJO, op.cit.).

Baixa fertilidade do solo: a ilusão de encontrar terras, rochas de alta fertilidade, atraiu muitos agricultores. No entanto, como se demonstrará, as terras da Amazônia são extremamente pobres. Suprimida a floresta, o solo se degrada e após três anos de plantio só mediante adubação se consegue produzir alguma coisa. Tal fato encarece a produção, desestimulando o agricultor. Observa-se, ainda que o proprietário só possa utilizar 50% de sua área (código florestal. 44), mantendo os outros 50% com cobertura florestal obrigatória. É sabido que o solo Amazônico aparente uma falsa fertilidade logo após a derrubada do mato. Isso acontece porque enquanto ele está protegido pela floresta mantém uma camada de húmus de boa qualidade, mas bem superficial. Por razão, no primeiro plantio, logo após a derrubada, a produção é excelente, depois vai caindo até tornar-se inviável, economicamente. (Magalhães, 1990).

Esta afirmação acima, feita por Magalhães é outro fator responsável pela falta de sucesso de colonização planejado do Governo Federal. A afirmativa se ajusta com a fala do senhor Lino Frohlich, 63 anos, gaúcho, ele veio para Rurópolis em busca da terra prometida, em 1973, hoje ele é empresário. Ele dizia por telefone em 2008. Nós fizemos uma safra muito boa no primeiro ano. O INCRA arrumou uma semente muito boa, naquele ano era impossível uma safra melhor, nós, naquele ano chegamos a colher uns 80 a 85 sacas de arroz por hectare e o preço era razoável, dava pra gente vender sem ter prejuízo. Durante três anos a gente ganhou muito dinheiro com arroz. Daí depois começou a cair o preço, a semente já era de qualidade baixa e a própria terra também com duas ou três safras perdia a sua qualidade sendo preciso fazer uma rotação de cultura pra recuperar a fertilidade.

Numa conversa informal, de visita em campanha eleitoral do sindicato dos trabalhadores rurais no ano de 2008 o senhor Lino ao se emocionar com o que estava acontecendo, evento democrático de representação aos trabalhadores do campo, não porque ele era agricultor, pois agora é comerciante. Mas, por tudo que a terra lhe deu e ensinou. Na sua fala ele diz que no primeiro ano a safra de arroz foi muito boa e este era vendido para o governo que pagava um preço alto por cada saco de arroz. Seu Lino relata que após dois ou três anos de plantio, o solo foi perdendo a sua fertilidade, e em consequência a queda da produção com isso a mão-de-obra ficou mais cara e desse modo, já não conseguiu mais obter lucro com esse tipo de lavoura. Como se podem observar as afirmações do depoente, feita por telefone se ajusta à afirmação feita na

citação anterior retirado do livro "A ocupação desordenada na Amazônia" de Juraci Perez Magalhães, pois o solo da Amazônia é pobre, não sendo favorável a agricultura.

Considerações Finais

Deste estudo bibliográfico, podemos concluir que o problema Sócio - ambiental no Brasil vem desde sua invasão pelos portugueses, e ao longo do tempo a situação foi se agravando cada vez mais; sendo que o período estudado, Milagre Econômico deixou claro que este foi o mais desastroso de todos os tempos na história contemporânea do país. Suas consequências estão explícitas até os dias de hoje, é uma ferida que ainda se encontra aberta e de difícil cicatrização. O país levará ainda alguns longos anos para se reestruturar social e ambientalmente.

É claro que estamos tendo avanços com a criação de várias políticas públicas visando a reparar danos desse período que reflete na sociedade até os dias de hoje. Essas políticas não se restringem apenas ao meio social, mas principalmente no ambiental que na atualidade é uma das maiores preocupações da humanidade, com a possível escassez dos recursos naturais que são essenciais para manutenção da vida no planeta, pois o maior desafio da humanidade é desenvolver meios de continuar produzindo mantendo os padrões econômicos e se sustentável paralelamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

·ABREU, Marcelo Paiva **A Ordem do Progresso**. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/o-milagre-economico-brasileiro/23068/>

ARAÚJO, Celso Arnaldo. **Rurópolis a primeira cidade da Transamazônica**. Revista Manchete, 1974.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** São Paulo: brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).

LEROY, Jean Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: VOZE LTDA em co-edição com FASE-Federação de órgãos para Assembléia Social e Educacional 1991.

LEROY, Jean PIERRE. Uma chama na Amazônia. Rio de Janeiro: VOZES LTDA em co-edição com FASE-Federação de órgãos para Assembléia Social e Educacional 1991.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Ocupação desordenada da Amazônia**. Brasília: completa LTDA. 1990.p.52.

Foha de S.Paulo, "**Arrancada para Conquistar o Gigantesco Mundo Verde**" outubro de 1970 disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm acesso em 21/10/2011

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

HERCULANO. **A rodovia Transamazônica é vetor de destruição da floresta**. [2010]. Disponível em: <<http://www.centrodemidias.info/forum/topics/a-rodovia-transamazonica-e-um/>>.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINE, George. **A Trajetória da Modernização Agrícola**: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, no 03, Brasília: IPEA, 1990.

MEDINA, **Dados Históricos da Educação Ambiental no Brasil** [2008] Disponível em
http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Material_Didatico/dados_hist_educa_ambie_Brasil.

SILVA, Tiago Ferreira, **Milagre Econômico**, [2011] Disponível em:
<http://www.algosobre.com.br/historia/milagre-economico-o.html>.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Hucitec, 1990.
FARIA, Caroline: 28/09/2007 Disponível em:
<http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/>
GOVERNO DO PARÁ. Disponível em :
<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/uruara.asp>>..

OLIVEIRA, Cassiane, DONATO Jucélia, ALVARENGA, Sheila, LIMA, Suelen.
Processos de Colonização Cidade de Altamira. [2010]. Disponível em:
<www.recantodasletras.com.br/artigos/2408787>.

PACIEVITCH, Tais. **Milagre Econômico**. [2009]. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico/>>.

SILVA, Marcos A. Da. **História**: o prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: brasiliense, 2003.

Silva , Tiago Ferreira **Milagre Econômico publicado** em 1º de maio de 2010
<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/milagre-economico>

SOTO, W. H. G. **A Produção do Conhecimento sobre o Mundo Rural no Brasil**: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.p.

WHITAKER, Dulce C.A. **Sociologia Rural, Questões Metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margens, 2002.